



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual há informação financeira individualizada disponível. A Companhia possui dois segmentos que merecem ser relatados: o segmento de telecomunicações e o segmento de satélite, conforme Nota 18.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	1	2	147.250	48.730
Equivalentes de caixa	1.915	652	7.494	2.827
	1.916	654	154.744	51.557

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações referem-se principalmente a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata junto às entidades emissoras, e remuneração próxima do CDI.

5. Contas a receber, líquido:

	Consolidado	
	2017	2016
Venda de aparelhos celulares e acessórios	665.605	841.069
Serviços de voz, dados e outros	6.397.667	6.216.572
Administradoras estrangeiras	4.957.575	46.559
	7.106.847	7.104.200
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.729.076)	(1.779.856)
	5.377.771	5.324.344

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	3.527.830	3.335.243
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.352.713	1.208.257
De 31 a 60 dias	396.820	320.310
De 61 a 90 dias	307.041	293.966
Mais de 90 dias	1.552.449	1.876.394
	7.106.847	7.104.200

A movimentação do saldo de provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo Inicial	1.779.856	1.432.962
Aquisição de empresas	-	-
Provisão constituída	1.034.928	1.060.071
Baixa de Provisão (1)	(1.085.708)	(748.655)
Saldo final	1.729.076	1.779.856

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques:

	Consolidado	
	2017	2016
Estoques de aparelhos para revenda	243.695	371.722
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	137.030	106.734
Estoque de simcards e acessórios para revenda	15.414	19.075
Outros	31.211	59.574
	427.350	557.105
Provisão para perdas em estoques	(30.631)	(32.453)
	396.719	524.652

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo Inicial	7.104	4.957
Provisão constituída	32.453	45.113
Baixas	(8.926)	(17.617)
Saldo final	30.631	32.453

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos: 7.1 Tributos a recuperar, líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.274.261	1.099.960
Imposto de renda retido na fonte (2)	4	242	718.734	686.540
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	29.332	27.390	195.237	154.757
PIS/COFINS	-	-	54.812	58.390
FINSOCIAL (3)	-	-	169.890	169.890
CPMF pago indevido (4)	25.883	25.883	25.883	25.883
Outros	3	8	105.041	129.263
	55.227	52.509	2.544.158	2.299.211
Circulante	29.844	27.640	638.792	722.970
Não circulante	25.383	24.869	1.905.366	1.576.241

(1) No consolidado, os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização. (2) No consolidado trata-se, basicamente, de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002. (3) Trata-se crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A controladora Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial emitida em julgamento no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Em 31 de dezembro de 2016, houve recebimento de R\$32.777,40. (4) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e portanto não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituíu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2 Tributos diferidos, líquidos: O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem impreriscíveis, não há data limite para utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 371/2002. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2017			2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	3.100.931	1.127.504	4.228.435	2.747.762	1.000.364	3.748.126
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	807.274	290.619	1.097.893	742.858	267.429	1.010.287
Provisão para contingências	749.314	269.753	1.019.067	747.114	268.961	1.016.075
Tributos com exigibilidade suspensa	1.040.942	374.739	1.415.681	940.784	338.682	1.279.466
Crédito fiscal incorporado (1)	410.826	147.897	558.723	501.273	180.458	681.731
Plano de pensão	258.461	93.046	351.507	224.102	80.677	304.779
Outras diferenças temporárias	517.586	186.332	703.918	451.893	162.682	614.575
	6.885.334	2.489.890	9.375.224	6.355.786	2.299.253	8.655.039
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano de pensão	(55.057)	(19.820)	(74.877)	-	-	-
Ágio em aquisições (2)	(628.998)	(185.446)	(814.444)	(630.430)	(185.962)	(816.392)
Outras diferenças temporárias	(12.223)	(3.802)	(16.025)	(6.175)	(1.624)	(7.799)
Ativo fiscal diferido, líquido	(715.193)	(215.877)	(931.070)	(655.520)	(194.395)	(849.915)
Baixas	6.170.141	2.274.013	8.444.154	5.700.266	2.104.858	7.805.124

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio verificado da incorporada NET. Conforme Instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICP09 (R1) emitido pelo CFC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jurdial Ltda., Big TV ESC 90 e BrTel. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	2017	2016	2015
Imposto de renda	5.055.170	1.898.566	6.953.736
Contribuição social	780.452	262.079	1.042.531
Baixas	(135.356)	(55.787)	(191.143)
	5.700.266	2.104.858	7.805.124
Adições	655.405	235.946	891.351
Baixas	(181.530)	(68.731)	(250.261)
	6.170.141	2.274.013	8.444.154

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	Consolidado (R\$ mil)		
	2018	2019	2020
2018	2.134.881	-	-
2019	1.026.325	-	-
2020	1.238.918	-	-
2021	553.308	-	-
2022	687.158	-	-
2023	487.435	-	-
2024 a 2027	3.247.199	-	-
	9.375.224	-	-

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tvsat	Claro (1)	Amercel	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	2.282.874	4.908.358	7.191.232
Resultado da equivalência patrimonial	(177.117)	(677.097)	(44.990)	(899.204)
Variação cambial em controlada no exterior	-	(1.883)	-	(1.883)
Outros efeitos na controlada	-	-	(957)	(957)
Aumento de capital (2)	-	4.950.855	-	4.950.855
Redução de capital (3)	-	-	(4.499.801)	(4.499.801)
Atualização de passivo atuarial	-	(88.829)	(67)	(88.966)
Dividendos prescritos	-	8.936	-	8.936
Aquisição de investimento (4)	1.507.425	-	-	1.507.425
Mudança de participação	-	(6.554)	72.376	65.822
Distribuição de dividendos (5)	-	-	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.330.308	6.467.345	435.476	8.233.129
Resultado da equivalência patrimonial	(1.741)	(630.675)	37.049	(994.367)
Variação cambial em controlada no exterior	-	(675)	-	(675)
Aumento de capital (6)	-	5.875	-	5.875
Atualização de passivo atuarial	(5)	46.758	(4.340)	42.413
Mudança de participação	-	(40)	-	(40)
Distribuição de dividendos (7)	-	-	(15.370)	(15.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.328.562	5.888.688	452.815	7.670.065

(1) A base para cálculo do investimento é o patrimônio líquido ajustado do direito de reserva pertencente ao controlador. (2) Em 20 de junho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da controladora Claro em R\$170.043, com a emissão de 975.523 ações ordinárias, por meio de capitalização de crédito de titularidade da Companhia com sua controladora Amercel decorrentes de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo assegurado aos acionistas da controladora Claro detentores de ações ordinárias ou preferenciais o direito de subscrição nas ações ora emitidas na proporção de 0,011148652 ações ordinárias para cada ação que possuiram em 21 de julho de 2016, alguns acionistas exerceram o direito de preferência no valor de R\$1,00 e AGE foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$1.000 a cada ação. (3) Reserva de Lucros, a razão de RS 0,78 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. Em 05 de junho de 2017, foi deliberado em reunião do conselho de Administração o aumento de capital na controladora Claro no montante de R\$5.875 oriundos de parcela da reserva especial de ágio, mediante emissão de 37.557 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia. (4) Em 23 de junho de 2017, em AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$15.000 a cada ação de Reserva de Lucros, a razão de RS 0,78 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2017, os detalhes das principais controladas diretas e coligada indireta, são como se seguem:

Empresa	Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
			Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	(1.387.425)	12.973.785	48.330	40.185	45,47	83,21
Amercel	37.049	452.814	19.225.475	-	100,00	100,00
Tvsat	(2.489)	1.899.172	3.460.528	3.460.528	69,95	39,91

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	2017	2016
Tvsat - Investimento	1.328.562	1.330.308
Outros	18	21
	1.328.580	1.330.329

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

Resumo do Balanço Patrimonial:

	2017	2016
Ativo circulante	1.790.388	1.195.014
Ativo não circulante	1.292.621	1.833.866
Total do ativo	3.083.009	3.028.880
Passivo circulante	990.547	983.528
Passivo não circulante	193.290	143.684
Patrimônio líquido	1.899.172	1.901.668
Total do passivo e patrimônio líquido	3.083.009	3.028.880

Resumo da Demonstração de Resultados:

	2017	2016
Receita operacional líquida	3.729.272	3.538.855
Custos e despesas operacionais	(3.725.591)	(4.027.362)
Resultado financeiro, líquido	570	37.592
Imposto de renda e contribuição social	(6.740)	149.284
Prejuízo do exercício	(2.489)	(301.631)

Incorporação IMusica: Em AGE realizada em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da IMusica pela controladora Claro. A incorporação foi justificada pela racionalização de custos e simplificação de procedimentos societários, administrativos e contábeis. Esta ação não implicará em aumento de capital da controladora Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A IMusica estará extinta de pleno direito e a controladora Claro a sucederá em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos

9. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2015	Aquisição de empresas	Adições	Baixas	Transfêrências (1)	Saldo em 31/12/2016
Equipamentos de transmissão	52.185.544	225.115	2.176.423	(117.278)	1.768.974	56.378.768
Infraestrutura	8.349.669	1.462	19.273	(5.049)	425.447	8.790.802
Equipamentos de comunicação	13.974.870	-	-	(86.688)	904.062	14.792.244
Prédios	1.352.734	3.134	676	-	9.539	1.366.083
Terrenos	417.637	3.280	-	-	(28)	420.889
Outros ativos imobilizados	4.891.706	7.186	107.153	(2.491)	191.371	5.194.925
Ajuste ao valor de realização ("Impairment")	(1.360.775)	-	-	-	6	(1.360.769)
Imobilizado em andamento (2)	4.653.449	10	3.439.517	(11.995)	(3.402.239)	4.678.752
Total	84.464.834	240.187	5.743.042	(223.485)	1.	



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Risco de queda do dólar:

Cenário I - Provável	Dólar - 5%	R\$3,1426
Cenário II	Dólar - 25%	R\$2,4810
Cenário III	Dólar - 50%	R\$1,6540

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$3,4734
Cenário II	Dólar + 25%	R\$4,1350
Cenário III	Dólar + 50%	R\$4,9620

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2017	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Fornecedores	(421.631)	21.082	105.408	210.815
Outros (Ativos-Passivos)	44.742	(2.237)	(11.186)	(22.371)
Total		18.845	94.222	188.444
Alta do US\$				
Fornecedores	(421.631)	(21.082)	(105.408)	(210.815)
Outros (Ativos-Passivos)	44.742	2.237	11.186	22.371
Total		(18.845)	(94.222)	(188.444)

d) **Risco da taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2017	CDI + 20%	CDI - 20%
6,89%	8,27%	5,51%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Oscar von Hauske Solis**
Presidente do Conselho de Administração
- Roberto Catalão Cardoso**
Membro Titular
- Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho**
Membro Titular

DIRETORIA

- José Antônio Guaraldi Félix**
Diretor Presidente
- José Formoso Martínez**
Diretor
- Roberto Catalão Cardoso**
Diretor de Relações com Investidores

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

- Márcia Motta Sá**
- CONTADOR**
- Ricardo Basso Gaiño**
Gerente de Contabilidade
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Claro Telecom Participações S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Os principais assuntos de auditoria abaixo relacionados são aplicáveis apenas às demonstrações financeiras consolidadas. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **1. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos ativos o montante líquido de R\$8.444.154 mil em 31 de dezembro de 2017, referente a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 7.2. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: • Teste dos controles da Companhia sobre os tributos diferidos ativos, incluindo os controles sobre a análise de realização de tais tributos; • Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos; • Envolvimento de nossos especialistas em impostos para auxiliar nas análises sobre o cálculo dos tributos diferidos ativos; • Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela Administração, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas e utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança; • Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos tributos diferidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **2. Imobilizado e intangível, incluindo ágio:** A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$30.318.007 mil e R\$11.059.435 mil, dos quais R\$3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, a Companhia executa anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado e intangível com vidas úteis definidas, a Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas notas explicativas 3.11 e 3.15 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: • Teste dos controles da Companhia sobre as análises de redução aos valores recuperáveis dos ativos imobilizado e intangível; • Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para nos auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável; • Análise das projeções preparadas pela Administração para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário

econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança; • Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação ao imobilizado e intangível, incluindo ágio. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.11 e 3.15, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3. Reconhecimento de Receita:** O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 3.20. Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a asseguração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: • Teste de controles internos: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela Administração relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar, tendo sido identificadas deficiências no desenho dos controles internos associados a atualizações nas tabelas de preços nos sistemas relacionados a receita de venda de mercadorias da subsidiária Claro S.A. • Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar; • Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar; • Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As deficiências no desenho dos controles internos da subsidiária Claro S.A. mencionadas acima alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes às receitas da subsidiária Claro S.A., face a não termos concluído sobre a efetividade operacional de tais controles ao longo do ano. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **4. Passivos contingentes tributários:** A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na nota explicativa 14, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R\$5.444.913 mil e possível de R\$23.015.123 mil, sendo registrado no passivo não circulante o montante de R\$5.444.913 mil. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíam, dentre outros: • Entendimento com base em discussões com a Administração e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles implementados pela Administração; • Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela Administração indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2017; • Testes dos controles da Companhia que suportam a elaboração das demonstrações financeiras e suas respectivas divulgações; • Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 comparativamente aos controles utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela Administração. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. **24. Compromissos:** A Companhia e suas controladas alugam equipamentos, lojas, prédios administrativos e sites, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2017, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2018	2.763.654
2019 a 2022	2.741.862
2023 a 2026	1.658.504
Total	7.164.020

25. Seguros: A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.097.922 abrangendo todas as empresas do grupo. **26. Garantias:** A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$8.763.502 em 31 de dezembro de 2017 (R\$7.609.188 em 31 de dezembro de 2016). **27. Eventos subsequentes:** Em 16 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Registro Mercantil a AGE realizada em 18 de dezembro de 2017, que aprovou a redução do capital social da TdB no montante de R\$317.781, cancelando apenas ações de titularidade da controlada Claro. Assim, o pagamento efetuado a controlada Claro foi realizado por intermédio da entrega de 38.461.539 ações ordinárias de emissão da Star One que eram de propriedade da TdB, além de R\$0,89 em moeda.

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2018